

ATA N.º 6/2018

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2018**

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e dez minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de trinta de outubro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto Único** - Análise e discussão do modelo de prestação do serviço postal universal concessionado aos CTT, em S. João da Pesqueira.

A Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Deputados Municipais, os digníssimos convidados presentes e o público.

Começou por informar os presentes, que a realização da sessão extraordinária foi acordada entre si e o Senhor Presidente da Câmara, devido à possibilidade de encerramento dos CTT em São João da Pesqueira. Na eventualidade de este encerramento vir a acontecer, será mais um ataque ao serviço público de proximidade e não podemos deixar de manifestar a nossa indignação e diligenciar todas as ações necessárias para que tal situação não se venha a verificar. Este serviço é de uma importância vital para a qualidade de vida dos habitantes do concelho de S. João da Pesqueira, principalmente para os mais idosos, que se encontram cada vez mais isolados, devido à saída dos mais jovens. Referiu ainda que esta decisão a acontecer em nada irá contribuir para a coesão territorial do país, sendo bastante lesivo para o concelho e para a região. A realização da reunião visa tomar conta das ações levadas a cabo pelo Executivo, em especial pela pessoa do Senhor Presidente da Câmara, Doutor Manuel Cordeiro, relativamente ao encerramento dos CTT de S. João da Pesqueira e solicitar aos Senhores Deputados Municipais e demais convidados que se solidarizem com as ações que têm vindo a ser disputadas dando sugestões medidas de atuação, de forma a repudiar este encerramento.

Comunicou que a Senhora Marcolina Sequeira e o Senhor Eduardo Frederico não puderam estar presentes, e a substituição do Senhor Presidente da Junta de Soutelo do Douro pela Senhora Mónica Freixo.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Luís Paíga, para que este procedesse à chamada, verificando-se não existirem ausências para além das justificadas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal leu o ofício do Senhor Vítor Monteiro, a explicar a razão de não poder estar presente na sessão, para o qual foi convidado. De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que pudesse informar a Assembleia, das ações tomadas pelo Executivo quer a nível camarário, quer a nível da CIMDouro, relativamente ao assunto que se encontrava em discussão.

2

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença de todos e começou por informar que os CTT solicitaram a marcação de uma reunião, que se realizou no dia 4 de outubro, onde foi informado que a Administração dos CTT pretendia realizar algumas alterações, nomeadamente transformar a estação de correios em posto de correios. Questionaram-no se a Câmara queria prestar esse serviço pois davam preferência às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Se não aceitassem negociariam com um particular. Na CIMDouro tomaram uma posição em conjunto de contestação sendo que, em alguns Municípios os CTT já tinham encerrado. Deu o exemplo de Penedono, que o serviço postal já se encontra a funcionar nas instalações de um café. As Câmaras Municipais de S. João da Pesqueira e de Tabuaço contestaram e, avançaram, através da CIMDouro, com uma providência cautelar. Foram a Lisboa, dez Presidentes de Câmara da CIMDouro e reuniram com os CTT, mas estes assumiram uma posição totalmente economicista. Reuniram com a ANACOM, mas não lhe pareceu que irão tomar alguma posição de peso, de forma a travar o processo. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, ainda não tomou qualquer decisão em relação à providência cautelar aí submetida.

Confessou que entristece-o o facto de ser mais um serviço a desaparecer do Interior, "assim as pessoas não querem viver no Interior". Partilhou que em conversa com o Presidente de Tabuaço decidiram que, a única forma que têm de travar o encerramento é convencerem todos os comerciantes e Juntas de Freguesia a não celebrarem contratos com os CTT e a Câmara também não irá demonstrar vontade de o fazer. A recusa de todos fará com que os CTT prestem um serviço de qualidade na estação habitual. Se o tribunal não lhes der razão, a Câmara ficará com o serviço, até porque continua a ser um serviço público.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal partilhou da opinião do Senhor Presidente da Câmara. Informou que os convites dirigidos aos Senhores Comerciantes, ali presentes, teve como intenção de os sensibilizar para a não aceitação deste serviço, por parte de privados. Em última instância, a melhor solução seria a Câmara ficar com os serviços, "mas um fecho é sempre um fecho e a mensagem passada aos mais novos é que não vale a pena investir aqui, porque tudo sai do concelho. Temos um bom potencial, mas ninguém o agarra". Na sua opinião, dever-se-á elaborar uma moção de repúdio, ou realizar outras ações, no sentido de dar força à decisão do Executivo Camarário, que já tomou algumas medidas de relevância para travar este processo, como por exemplo a providência cautelar apresentada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. "Pode não dar em nada, mas se nada fizermos nada colhemos".

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda, ter questionado a Administração dos CTT, sobre a razão de quererem fechar os serviços em S. João da Pesqueira e não em alguns concelhos limítrofes. A Administração dos CTT respondeu-lhe que existem uma diversidade de critérios, mas não os deu a conhecer. Informaram que pretendem manter os serviços dos CTT nas grandes cidades e que avaliarão caso a caso. Penedono já encerrou, Armamar e Mesão Frio ficaram sobre a alçada da Câmara Municipal. Tabuaço, Murça e S. João da Pesqueira ainda aguardam decisões.

Na opinião da Senhora Presidente da Assembleia deviam manifestarem-se, "pois não chega dizer, que somos Douro, somos Património Mundial, quando nos estão a fechar serviços. Assim os jovens saem do concelho e não querem voltar".

De seguida, abriu inscrições para quem quisesse intervir no debate deste assunto.

O Senhor Francisco Pereira apresentou uma moção à mesa em seu nome e em nome dos deputados Rosa Teixeira, João Olindo, António Vicente, Raúl Fernandes e Fernandina Espírito Santo.

Após a leitura da moção apresentada à mesa, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que na sua opinião, a moção seria uma base de trabalho, mas deviam referenciar mais aspetos importantes e alterar outros aí identificados, porque algumas ações já tinham sido levadas a cabo pelo Executivo.

O Senhor Vítor Tomé tomou da palavra e salientou que o concelho se encontra cada vez mais desertificado e como tal não devemos ficar passivos. Sugeriu que "devemos manifestarmos, apesar de existir a possibilidade em vir a dar em nada. O importante é que os CTT não caiam nas mãos de privados. Se a Câmara puder ficar com os serviços, concordo".

A Senhora Rosa Teixeira não concorda com a ida dos serviços dos CTT para as instalações de um café. Existem cartas de confidencialidade, como tribunais e CPCJ. O serviço ao ser entregue a um particular, o mesmo fica a saber, que aquela família está sinalizada. No seu entender não tem cabimento, que isto possa acontecer.

O Senhor Adelino Lopes concorda com a luta e o processo cautelar contra o encerramento dos CTT, contudo referiu que se a estação dos CTT encerrar "não vê qualquer problema, em o serviço passar para um privado".

O Senhor António Froufe alertou para o facto de que se os CTT vierem a encerrar, "um posto não vai ser igual. No caso das reformas, o dinheiro estava disponível no dia em que as pessoas o iam levantar. Num posto é diferente, o dinheiro terá de ser requisitado. O posto não vai ter dinheiro e vai pedir à estação, o dinheiro com dois ou três dias de antecedência. Se a pessoa não o for levantar nesse dia, o dinheiro regressa à estação". Na eventualidade de os CTT virem a encerrar, concorda que "seja a Junta de Freguesia ou uma Câmara a assumir este serviço ou um privado, mas se for num café que haja privacidade".

O Senhor Teófilo Anjos felicitou a Senhora Presidente da Assembleia por ter convocado a reunião. Referiu, que não podemos ficar parados e esperar o encerramento. Na sua opinião a abordagem da Administração dos CTT para com as Câmaras não foi a melhor. Entende, que agiram de má - fé. Se o encerramento da estação dos CTT vier a acontecer, a Câmara terá de assegurar o serviço. Deviam elaborar uma moção e fazê-la chegar aos grupos parlamentares, ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República. Salientou que é necessário fazer algo para que os serviços não encerrem, pois, a população está envelhecida e sem serviços ninguém se fixa no concelho.

A Senhora Presidente da Assembleia sugeriu um intervalo para serem confrontadas ideias e ser apresentada uma Moção de Repúdio ao encerramento dos CTT.

Reiniciada a sessão a Senhora Presidente da Assembleia leu a Moção, feitos alguns ajustes e ouvidas as opiniões dos Senhores Deputados Municipais e Executivo em relação à moção, a mesma foi aprovada por unanimidade.

A Moção segue em anexo à ata.

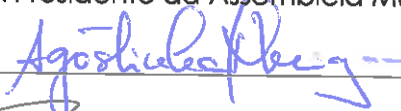
A Senhora Presidente da Assembleia apelou a todos os comerciantes que não assumissem compromissos privados com os CTT deixando margem para negociação camarária.

#### **ENCERRAMENTO:**

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta minutos, agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

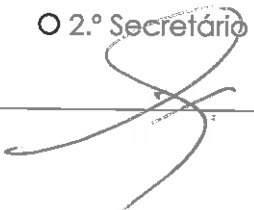
A Presidente da Assembleia Municipal

  
\_\_\_\_\_

O 1.º Secretário

  
\_\_\_\_\_

O 2.º Secretário

  
\_\_\_\_\_



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 \* FAX: 254 489989 \* Email: [assembleia.municipal@sjpesqueira.pt](mailto:assembleia.municipal@sjpesqueira.pt)

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506 892 646

### MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INTENÇÃO DE ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DOS CTT EM SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Considerando que:

A administração dos CTT anunciou a intenção de encerrar ou suprimir várias estações/lojas em todo o País, entre as quais a de São João da Pesqueira.

Sendo certo que os CTT são hoje uma empresa privada, é inegável a importância dos seus serviços de atendimento, sobretudo para a população mais idosa. Ter um balcão perto de si, em que se podem pagar contas, receber reformas, ou simplesmente enviar cartas não é um luxo, mas uma necessidade da vida quotidiana, e que é mais evidente em utentes mais idosos, em que as dificuldades de mobilidade são maiores, não se considera existirem motivos para o seu encerramento. Exatamente, porque reconhecemos quer a necessidade destes serviços, quer a consequente revolta da população, e se esta pretensão se vier a verificar, será manifestamente lesiva para o nosso concelho, não podem os órgãos autárquicos alhear-se deste problema.

A estação dos CTT de São João da Pesqueira é a única que serve a área geográfica e a totalidade dos cerca de 7.000 habitantes do concelho.

Os CTT, apesar do processo de privatização ocorrido, completamente errado e oposto ao interesse do País, prestam um serviço público, concessionado pelo Estado, que tem de ter um carácter universal e concretizar-se de acordo com elevados padrões de qualidade, conforme nos termos do artigo 10.º do Regimento Jurídico Aplicado à Realização de Serviços Postais (RJAPSP), o serviço postal universal “consiste na oferta de serviços postais definida na presente Lei, com qualidade especificada, disponível de forma permanente em todo o território nacional, a preços acessíveis a todos os utilizadores, visando as necessidades de comunicação da população e das atividades económicas e sociais” (negrito e sublinhado nossos).

Esse serviço público prestado pelos Correios deve cumprir uma lógica de proximidade à população, ter em conta as efetivas necessidades dos utentes e contribuir para o desenvolvimento de todo o território nacional e, logo, em cada um dos concelhos combatendo também o isolamento e o despovoamento.

Não existem alternativas que garantam a prestação completa dos serviços atualmente prestados, nomeadamente ao grupo da população mais idosa e vulnerável.

Assim, reunida nesta 2.ª Sessão Extraordinária no ano de 2018, realizada a 05 de novembro, a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira propõe o seguinte:

1 - Solidarizar-se com a ação desenvolvida pelo Executivo Camarário exigindo junto da administração dos CTT que reverta a intenção de encerramento do balcão dos CTT de São João



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 \* FAX: 254 489989 \* Email: [assembleia.municipal@sipesqueira.pt](mailto:assembleia.municipal@sipesqueira.pt)

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506 892 646

da Pesqueira, mantendo o seu funcionamento nos molde e horários atuais, disponibilizando o leque de serviços que têm vindo a ser prestados, com a sua qualidade;

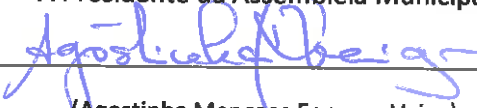
2 - Apoiamos a iniciativa do Executivo em continuar com o processo judicial, levando-o até às últimas instâncias, se necessário;

3 - Consideramos que esta moção de repúdio deve ser endereçada à Administração dos CTT, Presidente da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e ANACOM, de forma a que estes intervenham neste processo, impondo o cumprimento dos princípios de universalidade, de qualidade e de proximidade que estão na base do contrato de concessão do serviço público que os CTT devem respeitar. Solicitamos a intervenção estatal junto da Empresa, por um lado com a intenção de garantir a qualidade de serviço contratualizada, e por outro, de forma a pressionar esta entidade ao não encerramento dos CTT de S. João da Pesqueira;

4 - Parece-nos importante e estratégico o cumprimento exaustivo, rigoroso do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, 5 de novembro de 2018

A Presidente da Assembleia Municipal

  
\_\_\_\_\_  
(Agostinha Menezes Fonseca Veiga)